

Fernando Molica

STJ e representatividade feminina

O fato de apenas homens integrem a comissão formada do Superior Tribunal de Justiça para apurar acusações de assédio sexual por parte de um colega é um exemplo até patético do mal que falta de diversidade faz às instituições.

Havia uma mulher no grupo, a ministra Isabel Gallotti, que se declarou impedida depois que foram publicadas notícias de que ela tem parentesco indireto com o suspeito, Marco Buzzi.

O domínio masculino corresponde à lei das probabilidades — a comissão foi formada por sorteio. Dos 33 ministros, apenas seis são mulheres; 18% do total. No STF, a situação seria ainda mais delicada, já que só há uma mulher entre os, hoje, dez integrantes da corte.

Não se trata apenas de se marcar posição. Num caso como esse, que envolve a intimidade de uma jovem de 18 anos, a presença de pelo menos uma mulher entre os três membros da comissão ajudaria na apuração dos fatos. O melhor seria que dois de seus integrantes fossem do sexo feminino.

Não é o caso de se duvidar da idoneidade dos homens que formarão o grupo, mas é inegável que a presença unânime masculina representa uma forma de constrangimento.

Eles serão encarregados de fazer com que a jovem descreva os fatos relativos à própria intimidade, algo desagradável para qualquer pessoa.

Fora que a tradição de exercício do poder por parte dos homens tende a gerar algum sentimento de cumplicidade, de entendimento de razões que vierem a ser alegadas pelo acusado. Por mais que, vale repetir, os encarregados da apuração sejam pessoas bem-intencionadas e corretas.

Não é impossível para um branco entender as consequências mais profundas do racismo; mas isso fica mais fácil para um negro que sentiu e sente o preconceito, muitas vezes em pequenos e, para outras pessoas, invisíveis gestos.

As delegacias dedicadas ao atendimento de mulheres ganharam maior peso e representatividade a partir do momento em que passaram a ser chefiadas por delegadas, não por delegados.

A busca de maior representatividade e de equilíbrio serve também como vacina contra arroubos autoritários e corporativos que, no limite, ameaçam a democracia; não apenas a institucional, mas aquela presente no cotidiano, nas ruas. A presença de alguém de fora ajuda a desafinar o coro dos contentes.

Homenageada este ano pela Unidos da Tijuca, a escritora Carolina Maria de Jesus, ex-moradora de uma favela em São Paulo, dizia que era necessário que o Brasil tivesse um presidente que já tivesse passado fome.

Não que isso representasse uma garantia de compromisso e de competência, mas, pelo menos, representaria uma espécie de marca na vida daquela pessoa. Quem já passou fome, foi estuprada, vítima de preconceito ou de qualquer outra forma de violência, física ou simbólica, não esquece o que viveu.

Não se trata de condenar o STJ pela ausência de representação feminina na comissão, até porque havia antes uma ministra no grupo. E o critério de sorteio é razoável (ainda que pudesse ter algumas condicionantes que garantissem maior representatividade).

O problema vai além disso, tem a ver com a exclusão vigente no país e com a resistência à mudança; o caso da lei catarinense que abolia cotas raciais de universidades estaduais é um bom exemplo disso.

A resistência do presidente Lula em indicar mulheres e negros para o STF reforça a ideia de que ocupantes do poder se sentem mais confortáveis entre seus iguais. A diferença e a diversidade são fundamentais para a democracia.

Márcio Coimbra*

Domínio Mineral Chinês

A recente aquisição de subsidiárias da canadense Equinox Gold pela gigante CMOC, em uma transação de US\$ 1 bilhão, não é apenas um movimento de mercado, é um marco geoeconômico. Ao assumir o controle das minas de Aurizona (MA), Riacho dos Machados (MG), Fazenda e Santa Luz (BA), a estatal chinesa não apenas expande seu faturamento — que atingiu R\$ 5,6 bilhões em 2025 —, mas verticaliza seu domínio sobre recursos que são, em última análise, ativos estratégicos da soberania brasileira.

A CMOC consolidou-se no Brasil operando nióbio e fertilizantes desde 2016. Ao absorver o ouro da Equinox, a empresa diversifica seu portfólio em um momento de valorização histórica do metal. Contudo, o ponto nevrálgico é a internalização das etapas produtivas. Ao controlar a extração em solo nacional e a comercialização global via sua trading, a IXM, Pequim consolida seu domínio sobre as etapas da cadeia produtiva. Para o Brasil, resta a exportação de baixo valor agregado e o recebimento de royalties, enquanto a inteligência estratégica sobre o destino desses minerais é transferida para a China.

O interesse chinês é cirúrgico. O ouro tornou-se o refúgio supremo diante da instabilidade entre os blocos ocidentais e asiáticos em 2026. Todavia, o verdadeiro foco geopolítico reside nos minerais críticos. O Brasil detém cerca de 90% das reservas mundiais de nióbio, material indispensável para ligas de aço de alta resistência e supercondutores. A vulnerabilidade reside em permitir que o controle desses ativos — onde o país possui um monopólio geológico — seja concentrado em um único ator estatal estrangeiro, sem que haja contrapartidas em transferência tecnológica ou agregação de valor em solo nacional.

O cerne do problema é a profunda assimetria regulatória. Enquanto EUA, Austrália e a própria China endureceram legislações para monitorar investimentos estrangeiros em setores estratégicos, o Brasil carece de um mecanismo de triagem (screening) institucionalizado. Sem um equivalente ao CFIUS norte-americano, o Estado vê-se desprovido de base legal para avaliar se a transferência de ativos compromete a autonomia futura. Opera-se sob uma lógica comercial de curto prazo, negligenciando que a soberania hoje é exercida pelo controle das cadeias de suprimentos. Em essência: O Brasil está vulnerável.

A hegemonia chinesa reside no processamento químico, onde domina 90% da capacidade global de refino. Possuir reservas abundantes é inútil se a tecnologia de separação reside além-mar. Se o Brasil não exigir o refino doméstico, continuará a ser um exportador de solo e um importador de futuro, fornecendo ingredientes para uma revolução tecnológica da qual não é convidado a participar.

A criação de um marco legal de investimentos estratégicos deixou de ser uma opção burocrática para tornar-se uma imperatividade de sobrevivência. O Brasil precisa compreender que, no xadrez de 2026, nem todo dólar possui o mesmo peso. Instituir filtros não significa repelir capital, mas exercer a prerrogativa de um Estado soberano que protege sua inteligência e seus recursos estratégicos inalienáveis.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

Tales Faria

Alckmin diz que não é empecilho, mas PSB insiste na chapa

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não é “empecilho” à formação da chapa pela reeleição de Lula com outro partido.

Alckmin, no entanto, reafirmou seu desejo de não concorrer a nenhum cargo eletivo se tiver que sair da chapa. No entanto ele deixou uma porta aberta para o presidente na medida em que afirmou estar disposto a ajudar Lula em qualquer posição. Ou seja: não quer outro cargo, mas pode se dobrar ao um pedido insistente e especial do presidente.

Essa, no entanto, não foi exatamente a versão que Lula ouviria no encontro desta terça-feira, 10, com o presidente nacional do PSB, o prefeito do Recife, João Campos.

O filho do ex-governador Eduardo Campos — que era um velho amigo de Lula e foi morto num acidente de avião quando estava em campanha pela Presidência da República — disse a interlocutores que ia ao encontro com Lula para deixar claro que o PSB não só gostaria, como “considera importante” que Alckmin permaneça na posição de vice da chapa pela reeleição do presidente da República.

À saída do encontro, ele confirmou à imprensa o desejo do partido de continuar na chapa.

Segundo Campos e os articuladores do PSB, a permanência na chapa é importante para a estratégia do partido de aumentar sua bancada federal nas eleições de 2026, tanto na Câmara como no Senado.

A formação da chapa no nível nacional, embora crie regras para as campanhas dos partidos na TV e no rádio em todo o país segundo a legislação eleitoral, não obriga a reprodução da aliança nos estados.

Isso, naturalmente, pode criar alguns choques de interesse entre os dois partidos nas montagens das listas de candidatos nos estados. Daí porque será preciso, segundo os pessebistas, o apoio do PT a algumas reivindicações do PSB nos estados, de tal forma que não haja uma autofagia das campanhas.

Nas disputas pelos governos estaduais, o PSB tem dois candidatos a governador pelo partido cuja eleição considera prioridade. São eles, Ricardo Capelli, no Distrito Federal, e o próprio João Campos no Recife.

Na verdade, Campos, na qualidade de presidente do partido, ficou de levar a Lula que o PSB gostaria que estes dois candidatos também sejam tratados como prioridade da aliança nacional com o PT.

No caso de outros possíveis candi-

datos a governador pelo PSB, o partido entenderá as prioridades do PT.

Também há questões relativas ao financiamento eleitoral que precisam ser discutidas mais detalhadamente segundo o PT e o PSB. Lula disse a Campos que esse assunto é para ser tratado entre os presidentes das duas legendas, ou seja, João Campos e Edinho Silva. Mas que ele, Lula, dará total apoio a que se atendam as necessidades do PSB.

Uma das questões colocadas por Campos é a transferência da ministra do Planejamento, Simone Tebet, do MDB para o PSB. Ela já foi convidada formalmente pelo vice-presidente Geraldo Alckmin e pelo próprio João Campos, mas ainda não tinha batido o martelo até o início da reunião.

Nos planos de Lula, Simone transfere o título eleitoral para São Paulo, podendo tanto ser candidata ao governo do estado como ao Senado. Num caso ou noutro, o PSB quer que a campanha da ministra em São Paulo seja totalmente custeada com a maior parte dos recursos vindo do PT.

Ou seja, ainda há muitos detalhes a serem costurados. Mas a conversa dos dois partidos entrou nos momentos decisivos e a expectativa é de que os acordos sejam amarrados logo após o Carnaval. Sem deixar cinzas.